

BRASA XII
Brazilian Studies Association

**Organização Partidária
e
Elites Parlamentares Municipais**

Sessão: Política Local no Brasil
Padrões de Votação, Elites Políticas e Organização Interna Partidária

Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP/Campus de Araraquara
kerbauy@travelnet.com.br

20 a 23 de Agosto
King' College Londres

Organização Partidária e Elites Políticas Parlamentares

Resumo: As referências e pesquisas sobre as elites políticas parlamentares municipais, no Brasil, são muito escassas, apesar da importância que os municípios passaram a ter a partir da Constituição de 1988 e das intensas discussões sobre o seu papel na nova ordem constitucional. Esta comunicação tem como objetivo analisar as elites políticas parlamentares municipais de São Paulo e caracterizá-las segundo aspectos socioeconômicos e demográficos, trajetória partidária, concepções de política partidária e representação política. Através de um *survey* realizado com os vereadores foi possível construir um banco de dados importante sobre o papel que os vereadores exercem na política local.

Introdução

Esta comunicação é uma análise preliminar e descritiva sobre as elites parlamentares locais e o papel que desempenham na política partidária municipal. Esta pesquisa faz parte do projeto temático “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)”, financiado pela FAPESP. O projeto está voltado para a compreensão de três dimensões: a) a organizacional, que objetiva identificar a estrutura organizacional dos partidos políticos, a distribuição do poder intrapartidário, as fontes de financiamento e de recrutamento político bem como as características das elites partidárias e dos filiados; b) a competitividade, que tem como finalidade compreender o padrão de competição no estado e nas regiões intra-estaduais, identificando as bases das forças políticas e suas estratégias eleitorais e organizacionais e c) a representativa, que busca analisar os padrões de votação no estado no período, assim como a qualidade da relação entre os eleitores e o sistema de representação em São Paulo.

Dentre os vários objetivos em relação à dimensão organizacional destaca-se a caracterização das elites partidárias, produzindo estudos para o estado de São Paulo que apresentem a evolução da composição das Câmaras Municipais nos últimos 20 anos, assim como estudos sobre a relação entre as organizações partidárias e os parlamentares locais.

Nossa análise procura dimensionar a importância que os partidos e a organização partidária têm na atuação dos vereadores, tanto na arena eleitoral,

quanto na arena decisória, tendo em vista que esta é uma área ainda carente de pesquisas mais aprofundadas.

Os estudos legislativos, no Brasil, tiveram nos últimos anos um importante desenvolvimento, avançando em termos teóricos e metodológicos. Contudo, estiveram centrados especialmente no processo legislativo da esfera federal, procurando compreender a relação entre os poderes Executivo e Legislativo e a organização da Câmara dos Deputados (Figueiredo e Limongi, 1999, 2002, 2008; Limongi, 2006; Santos 1997, 2001, 2003). Outros estudos concentraram-se na análise do sistema eleitoral e partidário, detendo-se nos efeitos produzidos no comportamento dos representantes (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Melo 2004; Nicolau, 2002; Samuels, 2003).

Pesquisas sobre as Assembleias Estaduais só recentemente passaram a ser objeto de análise dos cientistas políticos brasileiros. Dentre eles podemos destacar: Santos (2001), Abrúcio (1998), Kinzo e Braga (2007), Castro, Nunes e Anastasia (2009) e Melo (2011).

No entanto, não houve o mesmo interesse em relação à representação política e ao processo legislativo no nível municipal. Esta continua sendo uma lacuna quando se considera a importância dos municípios na ordem constitucional brasileira. Com a constituição de 1988 os municípios receberam a maior parcela dos aumentos resultantes das transferências constitucionais, passando a ter um maior volume de encargos relativos às políticas sociais e um papel crucial na construção de uma agenda de políticas públicas (Kerbauy, 2005).

As análises sobre o funcionamento, a organização e o papel do Poder Legislativo no município avançaram muito pouco. As pesquisas que procuram compreender aspectos referentes a este tema possuem como objeto de estudo as capitais dos estados ou os municípios de grande porte (Couto,1998; Caetano,2005; Melo,2005). Sobre os municípios de pequeno e médio porte são poucas as contribuições, ainda que sejam significativas, indicando novas hipóteses e incrementando as agendas de pesquisa (Neto, 2003; Souza, 2004; Lopez, 2005; Silva, 2013).

A ausência de um número maior de trabalhos que investiguem as diversas dimensões do problema torna difícil a compreensão de padrões e regularidades sobre o papel do Poder Legislativo Municipal. As pesquisas realizadas têm apontando para diferentes padrões de comportamento em distintos municípios, contribuindo para a sobrevivência de uma visão sobre a política local associada ao tradicional e ao clientelismo.

Diversos estudos de casos apontam para o predomínio das relações pessoais entre vereadores e eleitores, baseadas na troca de benefícios particulares, especialmente em municípios de pequeno porte. A ideia do atraso associada à esfera local também é explicada pela baixa capacidade dos legislativos municipais influenciarem no processo de produção de políticas públicas (Andrade, 1998; Lopez, 2004; Neto, 2003; Ávila Filho, Lima e Jorge, 2011).

De acordo com esta literatura o fato do Executivo controlar importantes prerrogativas institucionais e recursos públicos acaba tornado o vereador dependente do prefeito. Nesse cenário o que se estabelece é um jogo de troca de favores, no qual ao Executivo interessa aprovar os seus projetos e, aos vereadores, interessa obter os recursos necessários para o atendimento de seu reduto eleitoral, ampliando suas chances de dispor de uma cota de nomeações para cargos públicos e de ter suas indicações e solicitações diversas atendidas pelo Executivo. O vereador se torna uma espécie de “micro-executor” dependente dos benefícios oriundos do Executivo.

Nesta perspectiva o exercício da representação política no nível local se aproxima da lógica clientelista. Nesta arena, as relações entre representantes e representados seriam marcadas pela lógica da relação pessoal, com pouca, ou quase nenhuma, mediação dos partidos políticos.

Considerando o quadro que a literatura traça sobre o tema a pesquisa buscou identificar o papel que os partidos políticos desempenham na arena legislativa e arena eleitoral local. Para cumprir este objetivo, pergunta-se: como se organizam os partidos na esfera local? Os partidos importam na carreira dos parlamentares municipais? Qual o perfil das elites parlamentares locais?

Este texto está organizado em quatro partes. Na primeira descreveremos as características da amostra; na segunda parte traçaremos o perfil dos vereadores; na terceira analisaremos a trajetória partidária e o papel do partido na campanha eleitoral; na quarta seção apresentaremos os dados sobre representação partidária e base eleitoral.

2. Características da amostra

A partir da listagem de vereadores do Estado de São Paulo, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi feita uma amostra de 400 vereadores. A distribuição da amostra foi realizada pelas mesorregiões do estado de São Paulo: Araçatuba, Araraquara, Campinas, Litoral Sul Paulista, Marília, Região Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba

Paulista, garantindo a proporção dos portes dos municípios de acordo com o estabelecido pelo IBGE: pequeno (até 10.000 habitantes); médio (de 10.000 a 50.000 habitantes) e grande (acima de 50.000 habitantes).

Os vereadores entrevistados pertencem aos 10 partidos estudados na pesquisa de filiados do Projeto Temático, sendo eles: PSDB, PT, PMDB, PTB, PPS, DEM, PSB, PR, PDT e PP. O Quadro 1 apresenta o número de vereadores entrevistados por partido:

Quadro 1. Número de vereadores entrevistados por partido

Partido	Vereadores	
	N	%
PSDB	77	19,3
PT	55	13,8
PMDB	51	12,8
PTB	43	10,8
PPS	34	8,5
DEM	32	8,0
PSB	30	7,5
PR	28	7,0
PDT	27	6,8
PP	23	5,8
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Para conseguir entrevistar todos estes vereadores foram disparados convites por e-mail para os potenciais respondentes. Houve pouco retorno de respostas por meio da coleta online, mesmo com *follow up* telefônico, havendo necessidade de completar a realização das 400 entrevistas com mais vereadores. Foi necessário realizar entrevistas telefônicas diretamente com o público alvo.

Esta dificuldade para entrevistar os vereadores já havia sido detectada por nós em outras oportunidades, mesmo quando realizadas pessoalmente nas Câmaras.

Esta pesquisa tem um caráter inovador porque os dados coletados permitem uma visão mais adequada do perfil dos vereadores e seus vínculos partidários. As pesquisas que têm sido realizadas até o momento apenas tratam de estudos de casos de vereadores de determinadas Câmaras Municipais cujos achados não permitem generalizações das análises.

3. Perfil dos Vereadores

Dentre os entrevistados, 89,9% (359 vereadores) pertencem ao sexo masculino e 10,1% (41 vereadoras) ao sexo feminino. As Câmaras Municipais brasileiras continuam sendo majoritariamente masculinas. Os dados sobre a composição do legislativo local apresentam, desde 1997, um percentual muito baixo de participação feminina. Mesmo depois da lei n. 9.504, em vigor desde 1996, a cota de 30% de candidatas exigidas pela lei nunca foi cumprida integralmente pelos partidos. Nas eleições de 2012, a Justiça Eleitoral cobrou a obrigatoriedade do mecanismo de cotas, provocando o aumento para 32,6% do número de candidatas mulheres. Contudo, o número de candidatas eleitas nestas eleições foi de 13,3% (7.635 vereadoras).

Apesar dos partidos pararem de barrar as mulheres na lista partidária e começarem a incorporá-las nas listas de candidatos, isto não garante condições iguais na disputa entre homens e mulheres por cargos eletivos. Principalmente porque há outras variáveis que incidem sobre este desempenho eleitoral, como, por exemplo, posição ocupada pelo candidato dentro das preferências da lista partidária e financiamento de campanha.

Com relação à faixa etária a maior concentração de vereadores está na faixa etária dos 40 a 49 anos, seguindo o padrão etário encontrado desde as eleições de 1996. O diferencial é que houve um aumento significativo de vereadores na faixa etária de 30 a 39 anos, apontando para o rejuvenescimento deste segmento da classe política.

Quadro 2. Distribuição dos vereadores por faixa de idade

Faixa Etária	Vereadores	
	N	%
19 a 29	14	3,5
30 a 39	90	22,5
40 a 49	142	35,5
50 a 59	114	28,5
60 ou mais	40	10,0
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Quanto ao grau de instrução dos parlamentares locais os dados mostram um avanço da escolaridade dos vereadores paulistas quando observados em

relação a outras regiões. O maior número de entrevistados possui ensino superior completo (28,7%), seguido pelos que possuem colegial completo (25,8%). Os dados das eleições municipais anteriores, de 1996, 2000, 2004 e 2008, mostravam que o Brasil apresentava maior concentração entre os que possuem colegial incompleto e ensino superior incompleto. Mesmo para as regiões sudeste e sul que sempre apresentavam os maiores índices de escolaridade, neste período, esta relação se mantém.

Pelos dados apresentados pode-se inferir que houve um avanço na escolaridade dos vereadores.

Quadro 3. Grau de instrução dos vereadores

Escolaridade	Vereadores	
	N	%
Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	2	0,5
Primário completo (4ª série do ensino fundamental)	14	3,5
Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	16	4
Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	35	8,4
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	21	5,3
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	103	25,8
Ensino universitário incompleto ou especialização	57	14,3
Ensino universitário completo	115	28,7
Pós-graduação	37	9,4
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Em relação à raça/cor, a maioria dos vereadores se declarou branco 60,0%, seguido por 30,7% de pardo ou moreno e, 5,8%, preto. Há, portanto, uma predominância de brancos como representantes políticos locais no legislativo.

Com relação à religião a maioria se declarou católica 73,9%. Interessante observar que houve um aumento significativo das religiões evangélicas/pentecostais. Esta participação de eleitos deste segmento religioso vem sendo notada especialmente nas eleições para o legislativo local, embora temos acompanhado nos últimos anos um crescimento da representação deste segmento religioso no Congresso Nacional brasileiro.

Quadro 4. Religião dos Vereadores

Religião	Vereadores	
	N	%
Adventista	2	0,5
Evangélica (não-pentecostal)	19	4,8
Evangélica (pentecostal)	57	14,3
Umbanda	1	0,3
Espírita Kardecista	11	2,8
Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade	1	0,3
Católica	294	73,5
Outra	15	3,8
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Quanto à ocupação, quase a totalidade dos vereadores é constituída de servidores públicos, comerciantes, profissionais liberais, professores, fazendeiros, industriais e um número muito reduzido de trabalhadores rurais, militares e bancários.

Os servidores públicos continuam sendo uma fonte importante de recrutamento para candidatos à vereança. Se acrescentarmos a esta categoria os professores (do ensino fundamental, médio e universitário), na grande maioria com emprego público, este número tem um aumento significativo. As profissões liberais também passaram a ser uma importante fonte de recrutamento. Este fato pode ser observado a partir dos resultados das eleições de 2004 (Kerbaux, 2005). Nota-se também o número significativo de entrevistados que não declararam a sua ocupação.

Quadro 5. Ocupação dos vereadores

Ocupação Profissional	Vereadores	
	N	%
Fazendeiro (Médio proprietário)	3	0,7
Fazendeiro (Pequeno proprietário)	5	1,2
Trabalhador rural (não proprietário de terras)	2	0,6
Grande Comerciante (mais de 30 empregados)	6	1,4
Comerciante médio (de 11 a 30 empregados)	8	1,9
Pequeno Comerciante (até 10 empregados)	23	5,8
Grande Industrial (mais de 500 empregados)	1	0,2
Médio Industrial (de 50 a 500 empregados)	2	0,4
Pequeno Industrial (até 50 empregados)	3	0,9
Advogado	20	5
Farmacêutico	3	0,8
Médico	3	0,8
Dentista	1	0,2
Contador	2	0,4
Engenheiro	3	0,8
Professor Universitário	7	1,7
Professor Secundário	13	3,2
Professor Primário	6	1,4
Servidor Público (cargo de direção, chefia)	15	3,7
Servidor Público (outros cargos)	55	13,6
Comerciante	32	8,1
Militar	3	0,8
Estudante	1	0,2
Bancário	3	0,8
Outra	180	45,5
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

O perfil dos vereadores entrevistados aponta para uma mudança social em relação às eleições anteriores. As transformações que vem ocorrendo na sociedade brasileira, em especial no estado de São Paulo, podem estar influenciando no recrutamento partidário para a eleição do legislativo local. Isso aponta para mudanças no perfil das elites políticas parlamentares.

4. Trajetória Partidária

Os indicadores sobre a trajetória partidária dos vereadores entrevistados é um bom referencial para a análise do papel que os partidos exercem na carreira destes políticos. A maioria das pesquisas sobre o legislativo municipal não tem dado muita atenção a esta relação, talvez porque o pressuposto da literatura seja que os partidos não importam, pois a atuação dos vereadores se pauta por uma orientação assistencialista e clientelista, caracterizada pelo cultivo de relações pessoais, pela troca de favores e pelo nepotismo. Todos estes fatores dependentes da atuação individual do parlamentar.

Contrariando esta assertiva os dados do *survey* sugerem que o partido se tornou um componente importante na trajetória política dos vereadores e um elemento fundamental para a competição eleitoral.

Um dado que chama atenção é o número de filiações recentes dos vereadores no atual partido. Mais da metade dos entrevistados se filiou entre 2000 e 2014, conforme quadro abaixo:

Quadro 6. Ano em que se filiou ao atual partido

Faixa Ano de Filiação	Vereadores	
	N	%
1981 a 1989	21	5,3
1990 a 1999	65	16,3
2000 a 2009	157	39,3
2010 a 2014	157	39,3
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Quando observamos os dados dos parlamentares que não se filiaram a nenhum outro partido antes do atual (37,0% ou 148 vereadores) pode se inferir que grande parte destes políticos pertencem ao grupo dos filiados recentemente. Este fato aponta para uma renovação do legislativo local, conforme os dados sobre faixa etária também sugerem.

A lista dos partidos ao qual foram filiados anteriormente é de 24. Os que mais perderam filiados foram o PMDB, DEM, PDT e PSDB, seguidos pelo PTB, PPS, PP, PSB, PR e PT. Entre os pequenos partidos também houve troca, no entanto, em um ritmo menor: PV, PSD, PMN, PSC, PRP, PSL, o antigo MDB, PRTB, PHS, PSDC, PTN, PRB, PCB e PPL. Como se pode notar há uma grande

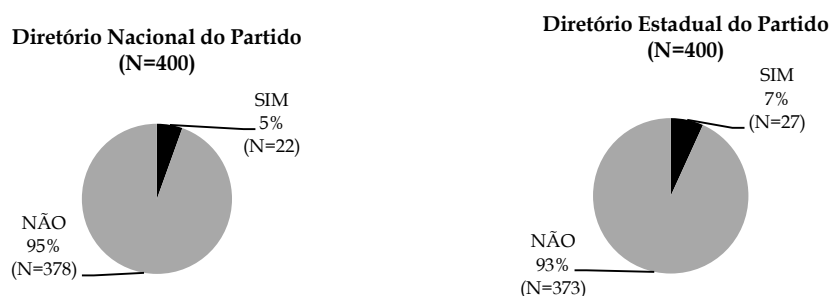
movimentação partidária dos vereadores dos municípios paulistas, confirmando o que a literatura tem indicado em relação aos altos níveis de migração partidária dos políticos brasileiros. Dos 30 partidos que concorreram em 2010 às eleições municipais, 24 deles já tinham marcado sua presença entre os vereadores eleitos.

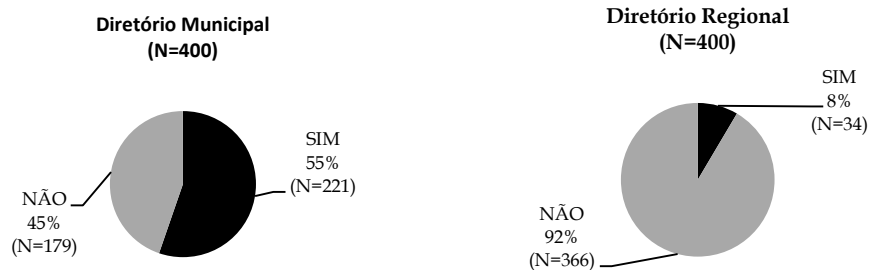
A fragmentação partidária que tem sido apontada nas análises sobre o sistema eleitoral e partidário brasileiro, especialmente nas eleições proporcionais, apresenta-se de forma mais nítida nas eleições municipais. A significativa pulverização da competição local a partir de 2008 abriu espaço para uma coordenação eleitoral entre os níveis subnacionais e o nível nacional, onde os partidos passaram a ter um papel importante.

Dos entrevistados, apenas 10 declararam ter exercido algum cargo eletivo antes da atual legislatura (prefeito e deputado federal). Contudo, grande parte dos vereadores ocuparam algum cargo em diretórios partidários, especialmente nos diretórios regionais e municipais, o que significa que tiveram vida ativa nos partidos e que isto é importante para a carreira de vereador. Apontam também para o fato de que a vereança é uma atividade de aprendizado político da carreira parlamentar.

Estes dados apontam mais uma vez para uma renovação das lideranças locais e a confirmação de que as eleições municipais têm um caráter mais localizado, apesar da presença dos grandes partidos nacionais, na competição eleitoral local.

Figura 1. Ocupação de cargos em algumas instâncias políticas ou organizacionais

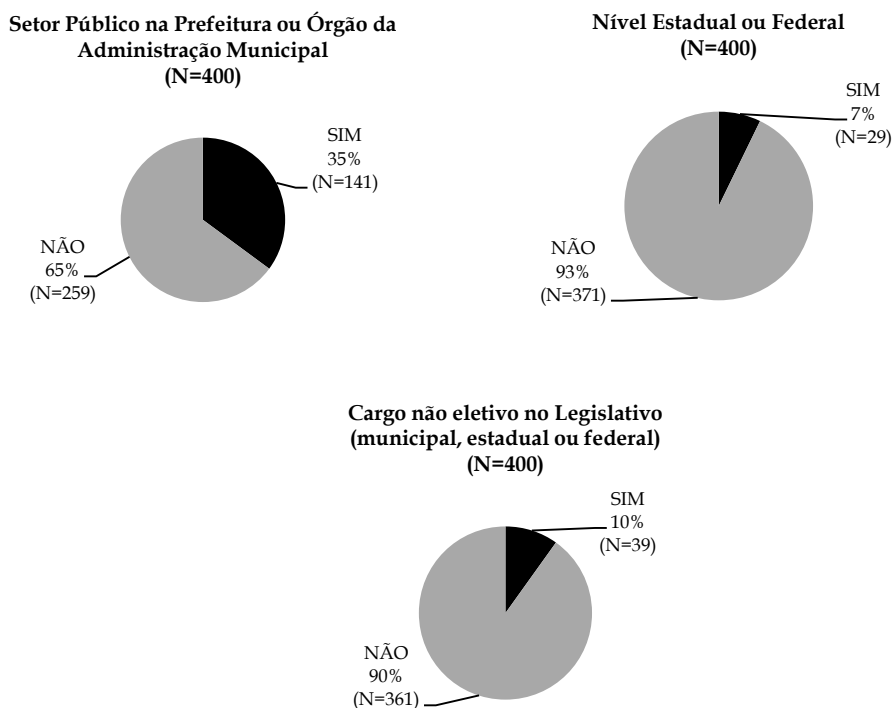




Fonte: Projeto Temático.

Um número significativo de vereadores já exerceu cargos em setores públicos ou na administração municipal, estadual ou federal, assim como no legislativo municipal, estadual ou federal. Esta pode ser a origem de grande parte dos vereadores entrevistados, pois na declaração da sua ocupação os funcionários públicos aparecem em primeiro lugar.

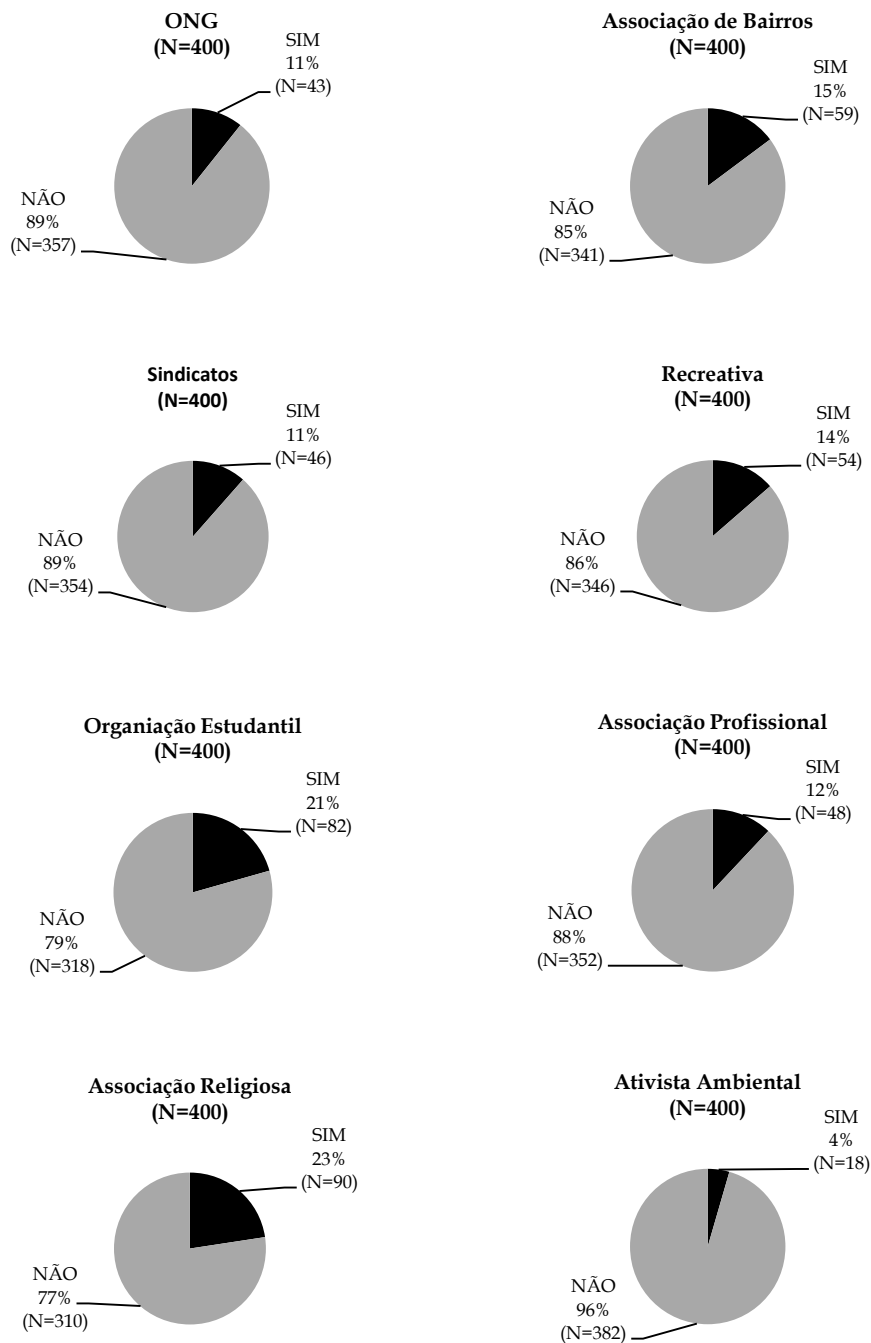
Figura 2. Ocupação de algum cargo em alguma instância política (setor público)

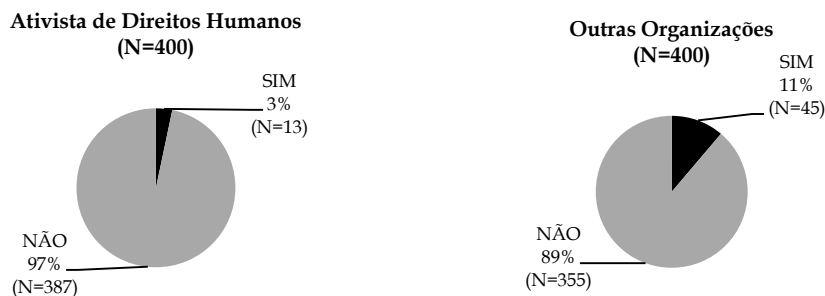


Fonte: Projeto Temático.

As associações civis tem sido uma fonte importante de recrutamento de candidatos e vereadores conforme se pode notar na figura a seguir. O detalhamento deste vínculo por partido deve dar uma noção mais adequada se existem diferenças de recrutamento entre eles.

Figura 3. Ocupou cargos em algumas destas instâncias ou organizações?





Fonte: Projeto Temático.

As Associações religiosas aparecem em maior quantidade. Esta ligação reflete a presença cada vez maior de lideranças evangélicas na competição política eleitoral, fator que ainda necessita de análises mais sistemáticas.

O apoio do partido foi importante para a campanha eleitoral de 59,6% dos entrevistados (258 vereadores), especialmente na distribuição de material gráfico conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 7. De que forma recebeu apoio do seu partido?

Forma de apoio recebido	Vereadores	
	N	%
Recursos Financeiros	34	8,5
Material Gráfico	202	50,5
Tempo na rádio/TV	72	18
Pessoas para ajudar na campanha	50	12,5
Outro	15	3,75
Missing	27	6,75
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

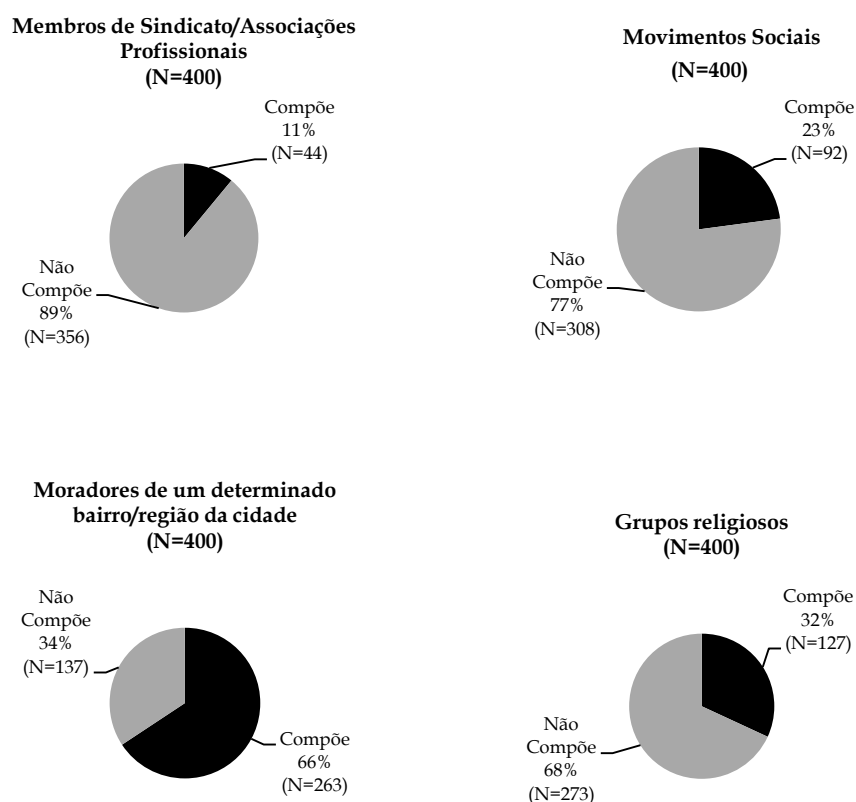
Na pergunta sobre a principal fonte de financiamento, 68,2% (272 vereadores) responderam que são recursos próprios, apontando para a fragilidade de recursos financeiros dos diretórios partidários locais ou de suas comissões provisórias. Neste sentido suas bases eleitorais são importantes, pois com poucos recursos a campanha depende dos vínculos estabelecidos com a sociedade civil.

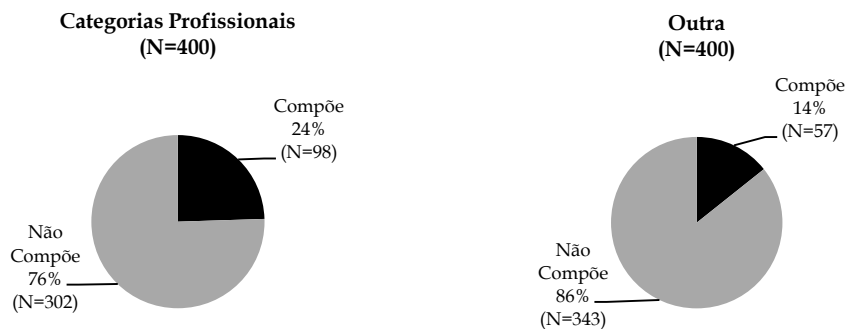
5. Representação e Bases Eleitorais

Neste item procuramos identificar as bases sociais da representação dos vereadores. Estas informações geralmente têm sido discutidas a partir de dados agregados. As entrevistas realizadas permitem uma melhor percepção sobre a natureza e o grau de prioridade das atividades realizadas nas Câmaras Municipais, a relação com as suas bases e o sentido da representação.

Como tem sido apontada pela literatura, o padrão espacial e a concentração de votos em um determinado território foram a opção que obteve o maior número, 65,7% (262 vereadores). O que poderia levar a conclusão que o vereador, por ter sua base eleitoral concentrada num determinado território, segue apenas uma lógica particularista. No entanto, a resposta a quem compõe a sua principal base eleitoral na cidade apresenta outros vínculos relacionados a grupos religiosos, categorias profissionais e movimentos sociais:

Figura 3. Composição da principal base eleitoral na cidade





Fonte: Projeto Temático.

Comparando-se estes dados com as respostas dadas à função mais importante na atuação do parlamentar podemos notar que ele está mais preocupado em fiscalizar a atuação do prefeito e resolver os problemas do seu município, do que resolver os problemas de seu bairro, distrito ou região.

Quadro 8. Atividade que oferece maior importância

Função mais importante	Vereadores	
	N	%
Elaborar leis	51	12,8
Resolver os problemas do seu município	139	34,7
Resolver os problemas de seu bairro, distrito ou região	23	5,8
Fiscalizar a atuação do prefeito do seu município	169	42,2
Defender os interesses de seu partido	8	2,0
Propor emendas ao orçamento municipal	9	2,3
Não sei	1	0,3
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Com relação à representação, apesar de ter suas bases localizadas territorialmente ou em grupos específicos, os vereadores declararam representar prioritariamente os interesses de toda a população do seu município, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 9. Representação prioritária dos interesses

Representa prioritariamente interesses	Vereadores	
	N	%
Dos eleitores de seu bairro, distrito ou região	13	3,3
De um determinado segmento social, religioso, econômico	11	2,7
De toda população de seu município	375	93,7
Não Sabe	1	0,3
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Quanto ao trabalho no legislativo, a opção pelo fator mais importante para a orientação do voto na Câmara foi por convicção pessoal para 57,4% dos parlamentares, ou de acordo com a opinião de sua base eleitoral, apontando para um comportamento individualista e menos propenso aos vínculos partidários.

Quadro 10. Fator mais importante para a orientação do voto na Câmara

Fator importante para voto na Câmara	Vereadores	
	N	%
Posição da liderança do partido na Câmara	27	6,8
Posição da liderança partidária na sua cidade/região	22	5,6
Posição de grupos sociais (sindicatos, associações, igrejas)	28	7,0
Opinião da sua base eleitoral	83	20,8
Convicção pessoal	230	57,4
Outro	10	2,5
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Quando perguntado sobre o fator que mais pesa na sua atuação para a aprovação do orçamento municipal, mais uma vez o comportamento individualista se manifesta de acordo com os dados do quadro a seguir:

Quadro 11. Fator que mais pesa na atuação para aprovação do orçamento municipal

Fator de maior peso para aprovação do Orçamento	Vereadores	
	N	%
Posição da liderança do partido na Câmara	30	7,6
Posição da liderança partidária na sua cidade/região	20	4,9
Posição de grupos sociais (sindicatos, associações, igrejas,	44	10,9
Opinião da sua base eleitoral	75	18,8
Convicção pessoal	216	54,0
Outro	15	3,8
Total	400	100,0

Fonte: Projeto Temático.

Considerações Finais

Os dados apresentados permitem algumas considerações preliminares e apontam para mudanças importantes no perfil as elites parlamentares locais.

As transformações socioestruturais que o país conheceu nas últimas décadas afetaram profundamente a caracterização dos municípios brasileiros, em especial os do estado de São Paulo. O processo de urbanização paulista foi intenso, sendo que 95,9% de sua população vivem nas cidades, e o estado detém, comparativamente, a maior taxa de urbanização do país. Possui o maior colégio eleitoral do Brasil com 22,4% dos eleitores. Estas mudanças produziram uma maior competitividade nos municípios, aumentando a representatividade do sistema político no âmbito municipal, colocando em xeque o mando exclusivo dos coronéis de Victor Nunes Leal, no chamado grotões da sociedade.

Mudanças recentes na política afetam de maneira diferenciada os partidos e suas organizações partidárias, a representação e a competição eleitoral local. Acrescentem-se ainda as novas responsabilidades que os municípios passaram a ter a partir da Constituição de 1988.

Neste contexto de mudanças, a representação nos legislativos locais sofreu modificações, não apenas no perfil sócio econômico, mas também em relação à arena eleitoral e suas atividades políticas cotidianas que apontam para a convivência de duas lógicas: uma clientelista e particularista e outra distributivista e universalista, onde o representante do legislativo local tem que

conviver com os interesses restritos de seu eleitorado e os seus interesses políticos eleitorais de se manter na atividade política e receber os benefícios públicos desta representação.

Uma análise mais aprofundada dos dados da pesquisa permitirá entender melhor os impactos destas mudanças na representação e no papel dos vereadores na política local.

Referências

ABRUCIO, Fernando (1998). Os barões da federação. São Paulo, **Lua Nova**, n.33.

AMES, Barry (2003). **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro. FGV.

ANDRADE, Régis de Castro (1998). Processos Decisórios na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa de São Paulo. In: ANDRADE, Régis de Castro (org.) **Processo de governo no município e no estado**. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

ÁVILA FILHO, Paulo M.; LIMA, Paulo Cesar G. S; JORGE, Vladimyr L. (2011). Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **35º Encontro Anual da Anpocs**. GT 10 – Estudos Legislativos.

CAETANO, Bruno (2005). Executivo e Legislativo na esfera local. **Novos Estudos Cebrap**, n.71, p. 101-125.

CASTRO, Monica Mata Machado; NUNES, Felipe & ANASTASIA, Fátima (2009). Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. Rio de Janeiro, **Dados**, v.52, n.4, p. 961-1001.

COUTO, Cláudio Gonçalves (1998). Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação executivo-legislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, Régis de Castro (org.) **Processo de governo no município e no estado**. São Paulo: EDUSP.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política orçamentária. Rio de Janeiro, **Dados**, vol.45, n.2.

_____ (2008). Política Orçamentária e o Presidencialismo de Coalizão no Brasil. FGV/Konrad-Adenauer.

_____ (1999) **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro, FGV.

KERBAUY, Maria Teresa M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório. Campinas. **Opinião Pública**, vol.XI, n. 2, outubro, p.337-365.

KINZO, Maria D'Alva & BRAGA, Maria do Socorro (2007). Sistema eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos Legislativos estaduais, In: KINZO, Maria D'Alva & BRAGA, Maria do Socorro (orgs.) **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo. Ed. Humanitas, p.139-158.

LEAL, Vitor Nunes (1975). **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo. Ed Alfa-Ômega.

LIMA JR, Olavo Brasil (1983). **Os Partidos políticos Brasileiros: a experiência federal e regional (1945/1964)**. Rio de Janeiro, Graal.

LIMONGI, Fernando (2006). A democracia no Brasil: Presidencialismo de Coalizão e Processo Decisório . São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, n.76.

LOPEZ, Feliz Garcia (2004). **As relações entre Executivo e Legislativo no Município de Araruama-RJ**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAINWARING, Scott (2001). **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**, Porto Alegre/Rio de Janeiro. Mercado Aberto/FGV.

MELO, Carlos Ranulfo (2004). **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1989-2002)**. Belo Horizonte. Ed. da UFMG.

_____ (2011). Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n.75, p. 57-71.

MELO, Marcus André (2005). Instituições orçamentárias municipais e o processo legislativo em Recife-1988-2000. In: LUBAMBO, Cátia e outros (orgs.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. Vozes.

NETO, Joffre (2003). O Legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, Maria Victoria e outros (Org.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo.

NICOLAU, Jairo (2002). Como controlar o representante? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados**, vol.45, n.2.

SAMUELS, David (2003). **Ambition, Federalism and legislative politics in Brazil**. Nova York. Cambridge University Press.

SANTOS, Fabiano (1997). Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. Rio de Janeiro. **Dados**, vol.40, n. 3.

_____ (2001). **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro. FGV.

_____ (2003) . **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte. Ed UFMG.

SILVA, Bruno Souza (2013). **Partidos Políticos e Processo Decisório em Araraquara- SP**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Araraquara).

SOUZA, Renato Barreto (2004). Clientelismo e voto na Califórnia fluminense. **28º Encontro anula da Anpocs**, Caxambu.